

Conflitos Ambientais no Norte de Minas Gerais: A Resistência dos Vazanteiros

Environmental Conflicts in The North of Minas Gerais: The Resistance Of The Vazanteiros

Queite Marrone Soares da Silva

queitemarroneppgdsunimontes@gmail.com

Doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Mestre em Desenvolvimento Social. Bacharel em Ciências Sociais.

Rumi Regina Kubo

rumikubo2002@gmail.com

Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

Recebido em : 15/09/2018
Aprovado em: 30/10/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ.2018

RESUMO

A década de 50 marca o processo de modernização da agricultura no Brasil, no norte de Minas Gerais esteve pautado na agricultura/fruticultura irrigada, monoculturas de eucalipto, pecuária extensiva e monoculturas de algodão. Nesta lógica de desenvolvimento, sobretudo, com a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que se criou o Projeto Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande, por meio de uma estrutura de 86.794,59 hectares, sendo 65.879,98 destinadas diretamente à irrigação. Os impactos ambientais decorrentes deste Projeto justificam a obrigatoriedade do cumprimento de medidas compensatórias, resultando na área de Parques Estaduais, Áreas de Proteções Ambientais e reservas biológicas e legal, que respondem a 90.078,80 hectares. Neste cenário se configura constantes conflitos ambientais envolvendo lógicas distintas de significação dos recursos naturais. Deste modo, ao longo da baixada média do Rio São Francisco as comunidades vazanteiras constroem a articulação dos Vazanteiros em Movimento contra a sobreposição dos parques. Este trabalho utiliza referenciais regionais para a contextualização da região, os dados parciais utilizados foram obtidos através da participação no Projeto Dinâmicas socioambientais na bacia média do rio São Francisco mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Conflitos ambientais; Unidades de Conservação; Comunidades tradicionais; Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

The decade of 50 marks the process of modernization of agriculture in Brazil, in the north of Minas Gerais it was based on irrigated agriculture / fruit cultivation, eucalyptus monocultures, extensive cattle ranching and cotton monocultures. In this logic of development, above all, with the work of the Superintendency of Development of the Northeast (Sudene), the Jaíba Project was created, between the São Francisco and Verde Grande Rivers, through a structure of 86,794.59 hectares, of which 65,879, 98 intended for irrigation. The environmental impacts resulting from this Project justify the obligation to comply with compensatory measures, resulting in the area of State Parks, Environmental Protection Areas and biological and legal reserves, which correspond to 90,078.80 hectares. In this scenario, there are constant environmental conflicts involving distinct logics of the meaning of natural resources. Thus, throughout the lower São Francisco River, the outflowing communities construct the articulation of the Vazanteiros em Movimento against the overlapping of the parks. This work uses regional references for the contextualization of the region, the partial data used were obtained through participation in the Socio-environmental Dynamics Project in the middle basin of the São Francisco Minas Gerais River: identification and characterization of lands traditionally occupied by traditional peoples and communities.

Keywords: Familiar Agriculture; Public Policies; Zona da Mata.

Introdução

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre os conflitos ambientais no norte de Minas Gerais, que emergem em virtude da criação de unidades de conservação em territórios construídos historicamente por comunidades tradicionais. Neste contexto, situa-se o caso dos vazanteiros e a “Articulação dos Vazanteiros em Movimento”, construída em resposta a sobreposição dos parques estaduais (Rio Verde, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca) e aos processos de desapropriação relatados e registrados em Araujo (2009), Poswar (2011), Anaya (2012), entre outras pesquisas.

A modernização da agricultura na região foi um fator importante para o acirramento dos conflitos, tendo em vista que esteve pautada na agricultura/fruticultura irrigada, monoculturas de eucalipto, pecuária extensiva e monoculturas de algodão. Segundo Dayrell (2000) a instalação de grandes empreendimentos econômicos na década de 70 marca este processo inicial, que se intensifica devido à racionalidade produtiva baseada na economia capitalista, desconsiderando as especificidades locais e a preocupação com a natureza no processo produtivo.

A descaracterização e descontinuidades das práticas socioprodutivas de vários grupos sociais são consequências da dinâmica da modernização da agricultura que provocou a privatização de áreas de uso comunal e encurralamento fundiário¹, provocando transformações socioespaciais e impactos ambientais.

Em consonância com a proposta de modernização da agricultura que o governo de Minas Gerais através da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas) atua na criação do Projeto piloto de irrigação, conhecido atualmente como Projeto Jaíba. A execução de projetos desenvolvimentistas ocorridos principalmente nas décadas de 1960 e 1970 com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e com inúmeros programas de investimentos, marca o processo de implantação do Projeto entre os rios São Francisco e Verde Grande, com a previsão de quatro etapas de implantação, tendo duas gestões, o Governo federal e

¹ O termo encurralamento é uma analogia a perda de espaço físico do gado por meio dos currais, sendo apropriado regionalmente para denunciar a perda de direitos e espaços físicos e simbólicos, diante das ações de empreendimentos com lógicas e percepções diferenciadas do modo de vida das comunidades tradicionais

o Governo do estado de Minas Gerais, por meio de uma estrutura de 86.794,59 hectares, sendo 65.879,98 destinadas diretamente à fruticultura irrigada.

Um convênio foi assinado em novembro de 1975 entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a Ruralminas, que definiu atribuições gerais do Governo Federal e do Governo de Minas Gerais na área do projeto. Dessa forma, a Codevasf passou a ser responsável pela implantação, operação e manutenção das obras físicas do sistema de irrigação e a Ruralminas concentrou-se na regularização dos aspectos fundiários e na implantação de dispositivos básicos de colonização, como a construção de estradas, rede elétrica, obras de infraestrutura, assentamento de colonos e apoio técnico.

O final da década de 80 é marcado pelo início de operação do Projeto, com o assentamento das primeiras famílias de irrigantes e também com a incorporação da iniciativa privada ao Projeto, através da criação do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), entidade privada, sem fins lucrativos, gerida pelos irrigantes para administrar toda infraestrutura construída.

A maioria dos agricultores familiares da Etapa I é proveniente da região do Norte de Minas, das cidades de Janaúba, Porteirinha, Jaíba, Itacarambi, Manga, Matias Cardoso, Verdelândia, dentre outras; muitos vieram de municípios localizados no sudoeste da Bahia e de outras regiões, como o sul do país. A Etapa II do projeto foi constituída apenas por lotes empresariais. Segundo Santos (2013), no Projeto Jaíba não há espaço de produção para subsistência, a intenção é justamente substituir este tipo de produção, transformando os agricultores familiares em empresários. Deste modo, em sua tese *Heterogeneidade nas estratégias de sustento: A experiência da Intervenção Planejada na Etapa I do Projeto Jaíba, Minas Gerais*, o autor trata das estratégias dos colonos irrigantes, de produzir, comercializar, e viver dentro de um espaço conduzido para a homogeneização da produção.

Os impactos ambientais decorrentes deste Projeto justificam a obrigatoriedade do cumprimento de medidas compensatórias, conforme legislação sobre o licenciamento ambiental, resultando nas áreas destinadas a Parques Estaduais, Áreas de Proteções Ambientais e reservas biológicas e legal, totalizando 90.078,80 hectares ao longo da baixada São Francisco, nos municípios de Matias Cardoso, Manga e Itacarambi.

As Unidades de Conservação são definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 às áreas passíveis de proteção, devem assegurar amostras significativas preservando o patrimônio biológico. Neste cenário, se configuram os conflitos ambientais e processos de encurralamentos, envolvendo lógicas distintas de significação dos recursos naturais. De um lado se criam as unidades de conservação, com regras rígidas e leis específicas, para compensar os impactos ambientais do projeto. Do outro lado, se encontram grupos sociais e comunidades tradicionais que são desapropriadas destes territórios, sendo criminalizadas, monitoradas e impedidas de realizarem suas práticas tradicionais.

Este trabalho aborda a articulação das comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas, Quilombo da Lapinha e Quilombo da Praia, localizadas nos municípios de Matias Cardoso e Manga, que junto a outras comunidades criaram a articulação dos Vazanteiros em Movimento, se posicionando contra a sobreposição dos parques estaduais: Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2001). Deste modo, a instalação das unidades de conservação provocou a restrição de práticas tradicionais destas comunidades afetadas, reforçando o processo de “encurralamento” e de expropriação.

Segundo Gonçalves (2000) os espaços de uso comunal (chapadas) eram tratados como lugares improdutivos na perspectiva capitalista. Neste cenário se incentiva a implementação de projetos de caráter desenvolvimentistas, implementados principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com reflexos no empobrecimento da população regional e na degradação das condições socioeconômicas, comprometendo a reprodução dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Alguns estudos e pesquisas regionais evidenciam que a forma como a modernização agrícola ocorreu no Norte de Minas Gerais provocou a invisibilização de várias comunidades e grupos cuja reprodução social, cultural e econômica depende da biodiversidade. Estas afirmativas podem ser observadas em Dayrell (2000), Costa (2011), Gonçalves (2000), França, Barbosa e Soares (2006), Feitosa e Barbosa (2005), entre outros.

De acordo com Poswar (2011), o termo vazanteiro se diz respeito aos usos que grupos sociais ribeirinhos fazem das vazantes formadas a partir dos ciclos do rio São Francisco. Segundo Oliveira (2005), a classificação se refere a populações que residem em áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco e possuem um modo de vida específico associado aos ambientes que compõem o seu território. Realizam atividades de agricultura de vazante e sequeiro, pesca, criação de animal e extrativismo.

Como indicado, a criação das unidades de proteção integral provocou a restrição de práticas tradicionais destas comunidades vazanteiras, reforçando o processo de “encurrallamento” e de expropriação das terras-firmes, com a desapropriação dos territórios, os confinando às ilhas e barrancos do rio São Francisco, bem como resultou na migração rumo aos centros urbanos próximos. Por outro lado, implicou na construção de inúmeras estratégias de resistência, reprodução e sobrevivência.

Para estas comunidades a modernização da agricultura interferiu nos sistemas de produção e no domínio territorial, significando um violento processo de ruptura. As lutas por terra no norte de Minas Gerais se intensificaram produzindo um cenário de resistência e restrição ambiental e socioeconômica diante da ampliação de empreendimentos na região.

A estratégia metodológica planejada para este trabalho se alicerça na metodologia qualitativa. Para De Paula, Brandão e Cleps Junior (2006), trata-se de uma abordagem que tem como principal característica o “saber do outro”, ou seja, uma possibilidade de interação entre ambos os sujeitos, os que pesquisam e aqueles que são pesquisados.

Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico acerca dos temas que norteiam este trabalho, buscando um aprofundamento das teorias que sustentam os pressupostos adotados. Durham (1988) destaca que é necessário muito cuidado nessa etapa. Assim, é necessário buscar a origem e o potencial explicativo de cada conceito, categoria ou noção utilizada para interpretá-las adequadamente, evitando assim, a perda ou distorção de seu sentido. Faz-se necessário o uso da pesquisa participante que nos possibilita

[...] ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante — onde afinal pesquisadores - e - pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes — pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular. (BRANDÃO, 1985, p.11).

Os dados parciais utilizados nesta reflexão foram obtidos através da participação no Projeto “Dinâmicas socioambientais na bacia média do rio São Francisco mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e

comunidades tradicionais”, vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros.

Em um primeiro momento realizou-se no dia 23 de maio de 2017, um levantamento de dados junto a CODEVASF, onde houve a disponibilização de informações referentes à gestão e implementação do Projeto Jaíba, além da entrevista ao técnico responsável que esclareceu o material disponibilizado. Em seguida, os dados coletados foram sistematizados junto às informações registradas durante o 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, realizado nos dias 28 e 29 de julho de 2017 no Quilombo da Lapinha, no município de Matias Cardoso.

A Modernização da agricultura no Norte de Minas Gerais e a ideia do desenvolvimentismo

O sertão norte Mineiro foi tratado como culturalmente fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, segundo Costa (2011), como “terras de ninguém” ou “terras que ninguém queria”. Por outro lado, tratado como espaço territorial de construção de liberdade, autonomia e afirmação. “Essas gentes passaram a ser classificadas como ‘pequenos produtores’, ‘sitiantes’, ‘posseiros’, ‘agregados’ e atualmente, ‘agricultores familiares’”. (COSTA, 2011, p. 54-55).

O termo sertão denota a ideia de que esta região estava fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, espacialmente periféricos representava o “atraso” frente ao “progresso” do litoral, tratado de forma depreciativa, assim como o cerrado em oposição às paisagens florestais. Todo o interior do Brasil era um imenso sertão, sendo Minas Gerais, no início da descoberta do ouro, conhecida como o “Sertão de Cataguases”. (RIBEIRO, 2000).

De acordo com França et al. (2006) de um lado se organiza a área mineradora até a Comarca de Sabará, e de outro se encontra o sertão mineiro, que agora não se opunha somente ao litoral brasileiro, mas inclusive à própria região mineradora do estado, ao qual foi abastecida pelo sertão, por meio da atividade de pecuária e da agricultura desenvolvidas entorno das fazendas, além da agricultura de autoabastecimento que era destinada aos camponeses.

No processo de colonização, a metrópole portuguesa administrava as minas de ouro e se interessava pelo controle territorial dos campos gerais. Segundo Gonçalves (2000, p. 24), “Campos Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação

comum, geral, das terras. Indica que eles não são particulares, privados. São Gerais, são comuns”. A visão que foi construída sobre o cerrado e suas populações a partir dos escritos dos europeus viajantes que percorreram a região no século XIX, de acordo com França et al. (2006) está relacionada com a ideia de atraso e espacialmente periféricos, assim, os grupos sociais foram invisibilizados. Estas populações não foram reconhecidas como autônomas em sua produção, cujos modos de vida se diferenciam do capital agroindustrial.

A criação da Sudene na década de 60 intensifica o processo de implementação e execução de projetos, programas e investimentos baseados na proposta de modernizar a região. Essas ações intensificaram a degradação das condições socioeconômicas e os conflitos ambientais e territoriais diante da expansão da agricultura/fruticultura irrigada, monoculturas de eucalipto, pecuária extensiva, monoculturas de algodão e os impactos ambientais decorrentes.

A década de 50 marca as primeiras iniciativas de criação do Projeto Jaíba entre os Rios São Francisco e Verde Grande, a Mata do Jaíba foi escolhida para transforma-se no mais importante pólo agroindustrial da região, abrangido pelos 115.000 Km² circunscritos ao Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste (Planoroeste). Dentre as quatro etapas de implantação prevista, duas etapas não foram ainda implementadas (Etapas III e IV) apesar de estar com toda a estrutura planejada, até a presente entrevista, o técnico da Codevasf informou que não havia autorização ambiental para o desmatamento desta área.

Os dados obtidos nos perímetros acompanhados pela Codevasf demonstram que a agricultura irrigada gera de sete a 10 empregos diretos e indiretos para cada hectare irrigável, dependendo da cultura explorada, sendo que com a bananicultura, este valor pode chegar até 10 empregos/hectare. Apesar dos argumentos sobre a geração de trabalho, torna-se relevante destacar a Área total de 90.078,80 hectares correspondente a Parques Estaduais, Proteções Ambientais (APA'S), Reservas Biológicas e Legal. São as seguintes: Parque Estadual do Rio Verde (25.443,20 ha), Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro (20.728,00 ha), Parque Estadual da Mata Seca em Manga (10.155,90 ha), Área de Proteção Ambiental Lagedão (11.223,00 ha), Área de Proteção Ambiental Sabonetal (em execução conforme informação do site do projeto), Reserva Biológica da Serra Azul

(7.803,90 ha), Reserva Legal (8.182,00 ha), Reserva Biológica (6.304,60 ha) e Corredor Ecológico (238,20 ha).

Segundo Santos (2013), no Projeto Jaíba não há espaço de produção para subsistência (autoconsumo). A proposta é transformá-la em direção a uma lógica empreendedora (empresarial), conduzindo para uma homogeneização produtiva.

Estas dinâmicas configuram disputas entre diferentes grupos. Por um lado, determinados segmentos defendem a concepção de “ganho” para a região, a partir da premissa de desenvolvimento atribuído pela via do crescimento econômico. Por outro lado, estas questões reposicionam outros grupos que ocupam/ocupavam estes espaços e passaram a vivenciar processos de desapropriação para dar lugar as unidades de conservação, instituídas como compensações aos impactos ambientais decorrentes das atividades deste grande projeto de irrigação.

Estas disputas trazem para o cenário outras reflexões acerca do desenvolvimento em suas mais diversas adjetivações: sustentável, humano, social, territorial, local, rural, entre outros. Os conflitos se estabelecem com a criação de unidades de conservação ao longo da baixada média do Rio São Francisco, nos municípios de Matias Cardoso e Manga, onde se localiza as comunidades tradicionais autorreconhecidas de vazanteiras, que em resposta ao conflito criam a articulação dos Vazanteiros em Movimento para organização de pautas sobre as transformações ocorridas através da sobreposição dos parques estaduais.

A identidade vazanteira está relacionada ao uso que fazem das vazantes formadas a partir dos ciclos do Rio São Francisco com vista à reprodução cultural, econômica e social (POSWAR, 2011). Como define Oliveira:

Vazanteiros são as populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro, com a pesca, a criação animal e o extrativismo. (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

A construção das unidades de proteção integral provocou a restrição de práticas tradicionais em comunidades afetadas, tais como Pau Preto, Quilombo da Lapinha, Pau de Léguas e Quilombo da Praia, reforçando o processo de “encurralamento” e de expropriação. Junto a outras comunidades étnicas reivindicam o seu território e os direitos sociais de se (re)produzir tradicionalmente.

Comunidades tradicionais e a lógica da conservação

As diferentes formas de percepção e apropriação da natureza constituem uma constante disputa, sobretudo, pelas necessidades ilimitadas dos homens relacionadas à escassez dos recursos naturais. De um lado, a apropriação ocorre proporcionalmente às necessidades gradativamente criadas, que ao contrário dos recursos naturais são intermináveis.

Diegues (2001) constata que permanecem os mitos sobre a conservação da natureza, originários de países industrializados e adotados por muitos ambientalistas que consideram importante que áreas sejam protegidas de forma integral, ou seja, desabitadas. Esta ideia confronta com a percepção que as comunidades tradicionais possuem em relação ao mundo natural. O autor faz uma crítica afirmando que existe a exportação de modelos de parques nacionais norte-americanos, que se baseiam em uma política conservacionista que entende o homem como predador e destruidor da natureza, ignorando as singularidades, especificidades e diversidade de grupos étnicos no processo.

No contexto dos países subtropicais a instalação de parques implica em muitos conflitos, uma vez que as áreas de proteção já eram habitadas por indígenas e grupos tradicionais. A visão da natureza intocada, como elaborado por Diegues (2001), cria embates que acarretam na perda do território ancestral destas comunidades, conforme a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Ao longo dos anos os conhecimentos deste mundo natural os capacitaram a criar sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e contribuindo para a diversidade biológica. Após o regime autoritário no Brasil onde se criou número significativo destas áreas protegidas, as comunidades tradicionais recriaram estratégias de resistência, propondo novos modelos de se entender e construir áreas protegidas. (DIEGUES, 2001).

O discurso da conservação intocada percebe o homem como predador que prejudica a preservação, para tanto as unidades devem ser de proteção integral e desabitada, se contrapondo a outras correntes de pensamento que defendem que as comunidades tradicionais e rurais apresentam uma característica própria de manejo dos recursos naturais, utilizado de forma responsável e consciente.

Alier (2007) destaca o crescimento econômico e suas contradições como um fator que provocou a expansão dos movimentos do ecologismo e do ambientalismo. O autor distinguiu as três principais correntes do movimento: o culto silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. A primeira corrente defende a natureza intocada e sua conservação, além do direito das espécies à vida, afirmando que a relação do homem com o meio ambiente ocasiona a depredação da natureza. Esta corrente fundamentou muitos projetos compensatórios criados por grandes empreendimentos em resposta aos impactos ambientais de suas ações. A segunda corrente reconhece que os recursos naturais são finitos e defende uma economia ecológica em que ocorra a disciplina da apropriação capitalista. Já a última discorre sobre a justiça ambiental. Afirmando que outros grupos humanos podem ter uma relação com a natureza que não seja predadora, este pensamento tem se consolidado no interior dos movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Dentre essas correntes teóricas, o ecologismo dos pobres (ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental) enfatiza o conflito entre a economia e o meio ambiente, ressaltando que o crescimento econômico se desdobra em impactos ambientais, atingindo grupos sociais que lutam e resistem diante de uma série de conflitos. A ideia principal defendida por essa corrente de pensamento se refere à materialidade do meio ambiente como condição para a reprodução social dos sujeitos, demandando justiça primeiramente pelos grupos sociais classificados como “pobres”, que possuem papel importante para a conservação da biodiversidade.

A diversidade sociocultural no Brasil se expressa na existência de vários grupos humanos agrupados por meio de diversas categorias e adjetivos, sejam elas “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades” e “culturas”, ou “tradicionais”, “rurais”, “locais”. (LITTLE, 2002).

Na perspectiva aqui adotada, as Comunidades tradicionais não estão isoladas ou desconectadas, são entendidas a partir da relação com as cidades, que constituem cenários de referência. Contudo, se distinguem pelas singularidades que possuem que as unem em comunidade e as fazem se reconhecer como tal. De acordo com Brandão (2012, p. 371) “são *comunidades tradicionais* aquelas que ‘ali estavam’ quando outros grupos humanos, populares ou não, ‘ali chegaram’ e se estabeleceram.” As comunidades são anteriores às cidades, e se reproduzem independente delas, ocupam territórios, socializam a natureza, se relacionam com outros grupos, são agentes de sustentabilidade, e não estão fora da economia central, constituem um lugar social da partilha. Estas comunidades são

caracterizadas pela autonomia; memórias de lutas passadas; de resistência; experiência de vida em territórios cercados e ameaçados; autóctones, transformação da natureza; histórias de lutas e resistências atuais (BRANDÃO, 2012).

A opção pela categoria “povos tradicionais” feita por Little (2002) traz para o debate a noção do direito e de sujeitos de direitos, afirmando a imensa diversidade sociocultural e fundiária no Brasil. Significa um instrumento estratégico nas lutas por justiça social desses povos, através do reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que os fundamentam. Os inserem nos debates sobre os direitos dos povos, visto que o conceito possui dimensão empírica e política, surgindo em virtude de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por outros vinculados ao Estado-nação, ou pelo próprio. O conceito engloba um conjunto de grupos sociais que historicamente mostram formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.

A noção de “sociedades tradicionais” é utilizada por Diegues e Arruda (2000) que destacam que estes grupos são culturalmente diferenciados e reproduz seu modo de vida por meio de formas específicas de relações com a natureza. Segundo os autores as sociedades tradicionais se caracterizam pela presença dos seguintes elementos e relações:

- a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constrói um modo de vida;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa ser mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- f) pela reduzida acumulação de capital;
- g) pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentes e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- i) pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão

técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;

j) pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e

k) pela auto-identificação [sic] ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta. (DIEGUES ARRUDA et al., 2000, p. 21-22)

Do ponto de vista normativo, Povos e Comunidades é uma categoria construída politicamente com o propósito de legitimar direitos. Conforme o Inciso I do Art. 3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, compreende-se:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; [...] ²

Ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Art.3º do referido decreto, define são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social”, o artigo destaca a tradicionalidade nas práticas e a condição dos territórios para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

A conduta territorial está intimamente ligada aos processos sociais, históricos e políticos. Litte (2002, p. 3) define a territorialidade como “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’.” A apropriação de espaços e recursos naturais ocorre de forma comunitária, através de uma rede de relações de reciprocidade. Deste modo, as práticas de adaptação e convivência das comunidades tradicionais com o território, são pouco agressivas aos ecossistemas, o qual mantém vínculos sociais, culturais e simbólicos.

² DECRETO nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2015.

As variações nas formas de uso do meio ambiente provoca a desorganização dos sistemas de produção e reprodução de grupos e comunidades locais, que tem íntima relação com os recursos naturais na (re)construção dos seus modos de vida.

A apropriação do meio material reflete as diferenças na forma de percepção e significação do meio. Deste modo, Acselrad (2004) enfatiza o colapso entre o crescimento econômico e a base finita de recursos, afirmando que durante o processo de distribuição e acesso existem diferentes formas de apropriação, entre elas, a simbólica e a material, que acontece entre sujeitos socialmente desiguais e que se desdobram em conflitos. Diante das ameaças e restrições as comunidades constroem estratégias de defesa, cuja resistência aos processos de expropriação é fundamental para a continuidade de sua tradicionalidade.

Comunidades Tradicionais Vazanteiras, conflitos ambientais e o acionamento da identidade

Um cenário de restrição ambiental e socioeconômica é produzido diante da expulsão das famílias pelos empreendimentos que se estabeleciam no norte de Minas Gerais. As lutas por terra se intensificam na região, remontando a origem dos primeiros assentamentos rurais, num contexto de conflito entre grupos sociais, empresas de reflorestamento e fazendeiros. (FEITOSA; BARBOSA, 2006)

Este cenário trouxe consequências para os grupos sociais, ocasionando transformações socioespaciais, territoriais e, sobretudo, nos sistemas de produção, significando um violento processo de ruptura, que resultou na expulsão de famílias das terras que foram tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais. (COSTA, 2011).

De acordo com Almeida (2011) as “terras tradicionalmente ocupadas” estão relacionadas às formas diversas de existência coletiva de diferentes grupos sociais, e as relações estabelecidas com os recursos naturais. Apesar de serem inseridas na Constituição de 1988, são muitas as tensões existentes no processo de reconhecimento jurídico-formal, uma vez que esta inserção não ocorreu por meio de um acatamento absoluto das reivindicações dos Movimentos Sociais. Este processo não resultou na resolução de conflitos, o que constitui em entrave para o reconhecimento de direitos étnicos. Para o autor, a territorialidade é entendida como “fator de identificação, defesa e

força” de modo que a base física comum é constituída de regras, laços solidários e ajuda mútua.

A Constituição de 1988 determinou garantias aos grupos sociais, reconhecendo seu papel na construção histórica da Sociedade e Nação Brasileira. Conforme afirma Costa (2015) todos os demais indivíduos passam a se tornar sujeitos de direitos e a reivindicar a desinvisibilização, contrapondo o sujeito iluminista de construção da modernidade (homem, branco e proprietário). No entanto, a Constituição não garantiu efetivamente tais direitos, o que resultou na emergência de processos sociais de lutas e resistências de grupos rurais e urbanos pelo reconhecimento de direitos relativos à diferença. O acionamento da identidade está diretamente relacionado a garantia de direitos, ou seja, a reafirmação e reconhecimento das diferenças, deste modo, este processo ocorre mediante a construção e fortalecimento do debate político.

Para Silva (2000), o acionamento da identidade se dá em relação ao outro, assim, a diferença e a identidade são mutuamente dependentes. A identidade e a diferença não podem ser resumidas a ideia de tolerância ao diverso. A identidade é uma produção, um processo de construção, não é definitiva nem acabada, está também relacionada às estruturas e sistemas de representação e de poder. Deste modo,

[...] identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação [...] Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. (SILVA, 2000, p. 74-75).

A diferença se apresenta enquanto produto derivado da identidade, as afirmativas sobre a diferença dependem das negações do que eu não sou. São construções que produzimos no contexto das relações culturais e sociais. A disputa por identidade envolve disputas por recursos simbólicos e materiais. Implicam em ações de exclusão e inclusão, do “nós” e “eles”. Consiste na demarcação de fronteiras entre os que estão dentro e os que estão fora.

As ciências sociais utilizam o termo etnicidade para designar o sistema de organização e classificação por meio do quais categorias distinguem os indivíduos. Os mecanismos de distinção mútua ocorrem nas interações sociais de seus membros, Pinto (2012) afirma que os sistemas de classificação étnicos expressam formas de organização social de diferentes culturas. Os laços interpessoais entre membros de uma mesma categoria étnica resultam redes étnicas ligadas a uma territorialidade própria, cujo território possui valor prático e simbólico.

O termo etnicidade retrata processos de construção de identidade e grupos sociais, nestes grupos, podem coexistir, combinar e competir diferentes formas de organização da etnicidade. A identidade étnica está, nesse sentido, intimamente relacionada com a autodefinição de sujeitos e sua classificação por outros, num processo de interação e diferenciação.

De acordo com Barth (2005), etnicidade e cultura estão relacionadas, mas não se resume uma a outra. A cultura deve ser pensada a partir do resultado das experiências pessoais, num estado de fluxo constante e sujeita a formas de controle. Neste processo, a formação de grupos étnicos ocorre nas diferenças culturais. A existência de um grupo étnico está relacionado a fronteiras criadas e mantidas composta por relações de poder, silenciamento e apagamento de experiências pessoais, além de processos de controle.

No contexto de disputas pela reafirmação das diferentes identidades, culturas e modos de vida, emergem conflitos entre as diferentes formas de acesso aos recursos simbólicos e materiais que refletem as expressões das tensões no processo de reprodução de modelos de desenvolvimento. Este processo sinaliza a oposição entre o crescimento econômico e a base finita de recursos, onde ocorre às múltiplas formas sociais de significação do mundo material, que expressa a diferenciação social dos indivíduos e as estruturas desiguais de distribuição e acesso, que reforçam a superioridade real e simbólica dos grupos dominantes.

Deste modo, os conflitos “podem configurar-se tanto através de uma luta direta no espaço de distribuição do poder sobre a base material, como uma luta simbólica em torno das categorias de legitimação das práticas.” (ACSELRAD, 2004, p. 24). Para Acelrad (2004), os conflitos se estabelecem a partir da colisão entre os diferentes modos de apropriação, significação e uso dos recursos naturais. Deste modo, a apropriação do meio material pela sociedade, não ocorre somente para a superação de carências e restrições materiais, mas também consistem em projetar diferentes significados. Este trabalho se apropria do seguinte conceito de conflitos ambientais:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos de vida diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26)

Neste sentido, os conflitos ambientais ocorrem nas estruturas sociais que reúne as disputas por poder, dominação e imposição de visão de mundo, a partir de um processo de divisão e hierarquização. O mundo social é composto de estruturas socialmente construídas que constroem e transcendem os indivíduos, criando disposições, orientando ou coagindo em suas práticas e representações, para além de sua consciência e vontade. A imposição de visões de mundo, socialmente construídas num contexto de dominação simbólica e econômica manifesta as relações de poder. (BOURDIEU, 1998).

A diversidade cultural que constituem os diferentes grupos étnicos marca um cenário de disputa, relações de poder e dominação entre grupos naturalmente “desiguais”. Estas questões revelam a realidade social de muitas comunidades tradicionais no norte de Minas Gerais e no Brasil. A expansão da fronteira agrícola, sobretudo nas áreas nativas ou manejadas por meio de práticas de ‘pouco impacto’, implica em questões éticas, econômicas, sociais e ecológicas, trazendo desafios constantes para as comunidades locais que dependem da vegetação nativa para a reprodução de suas singularidades.

No caso das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua, Quilombo da Praia e Quilombo da Lapinha, objeto de estudo deste trabalho, Anaya (2012) afirma que as reivindicações territoriais das comunidades por meio da articulação dos “Encurralados Pelos Parques” a “Vazanteiros em Movimento” se originou com o processo de encurralamento e expropriação territorial consequente à criação de Unidades de Proteção Integral (UPI’s).

Os Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca foram condicionantes para a implementação da etapa II do Projeto Jaíba, num contexto de geração de conflitos socioambientais que levou a mobilização e articulação dos grupos em defesa de seus territórios.

Apesar das primeiras iniciativas de implementação ocorrer desde a década de 50, o início de operacionalização do Projeto ocorre no final da década de 80 com criação do Distrito de Irrigação de Jaíba para administrar toda infraestrutura construída visando quatro etapas de desenvolvimento. A 1ª Etapa do Projeto, com 32.959,33 ha brutos e 24.669,58 ha irrigáveis, com 2.153 lotes. A 2ª Etapa, de iniciativa do Governo de Minas Gerais, cuja implantação teve início no primeiro trimestre de 1999, possui área bruta de 22.606,26 ha e área irrigável de 19.276,40 ha, com 684 lotes. Através do número de lotes, percebe-se uma concentração fundiária maior em relação à primeira etapa do projeto. Já existe uma estrutura que prever a implementação das etapas III e IV respectivamente

17.400,00 ha e 13.829,00 ha de área bruta. Totalizando 86.794,59 ha todo o projeto.³ Uma área total de 90.078,80 ha correspondente as Áreas de Proteção Ambiental, Parques Estaduais, Corredor Ecológico e Reserva Biológica e Legal, criadas como compensação aos impactos decorrentes do desmatamento e das atividades de irrigação.

As Comunidades vazanteiras do Médio São Francisco relatam e denunciam por meio da “Articulação dos Vazanteiros em Movimento”, os processos de desapropriação que vem sofrendo ao longo dos anos, que tem provocado e intensificado rupturas e descontinuidades em suas práticas e modo de vida, ameaçando a perda de seus territórios.

Diante do gerenciamento e fiscalização das unidades de conservação estaduais pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), as comunidades vazanteiras vivenciam a restrição de suas práticas vazanteiras no território tradicional. Há registros de várias multas à vazanteiros pela realização de práticas tradicionais criminalizadas.

No processo de reivindicação e reconhecimento de suas diferenças culturais houve uma consolidação de uma rede social de mobilização e articulação. No 7º encontro dos Vazanteiros houve a participação de vazanteiros dos municípios de Manga, Itacarambi, Matias Cardoso, indígenas Xakriabás, Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia, Comissão Pastoral da Terra (CPT), gestores públicos, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental e Rede Tropi Dry.

Os vazanteiros têm visibilizado suas atividades e reivindicações por meio dos encontros anuais, páginas online de instituições apoiadoras, e utilização de outros recursos da internet. Outra ação importante tem sido a construção de laudos antropológicos pelos Núcleos de Pesquisa das Universidades, para a demarcação e regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Apesar da organização e mobilização encontram submetidas aos processos sociais históricos de encurralamento, pela hegemonia da política de Estado em favor dos latifúndios e dos grandes projetos de apoio a irrigação e monoculturas.

Considerações Finais

³ Ficha Fundiária do Projeto Jaiba. Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/paginas/3>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

A racionalidade econômica capitalista ao se manifestar sobre o meio ambiente interfere nas condições de (re)produção das comunidades locais, haja visto que a degradação do meio ambiente, da biodiversidade e dos ecossistemas interrompe e/ou modifica as práticas de manejo e gestão dos recursos naturais, forçando a reorientação de estratégias de resistência.

As diferenciadas formas de adaptação dos atores sociais ao mundo material provocam os conflitos, num contexto que demanda a organização política, as lutas e a necessidade constante de (re) construção de estratégias de sobrevivência percebidas em diversos grupos sociais, que acionam a sua identidade para reivindicar a garantia de direitos sociais.

Os conflitos se apresentam e reapresentam se expressando em novas formas, atores, contextos e cenários. As mudanças nas práticas sociais, produtivas e reprodutivas refletem as consequências e os impactos socioambientais ocasionados a estas comunidades por meio dos projetos de desenvolvimento econômico e suas divergências.

Este trabalho objetivou trazer alguns elementos para uma reflexão inicial sobre a organização, articulação e reivindicação dos vazanteiros, bem como entender a emergência dos conflitos ambientais ao longo da baixada do São Francisco. Considerando que estes dados são parciais e que esta pesquisa está em fase inicial, este trabalho não teve a pretensão de responder questões complexas, mas sistematizar informações até o momento obtidas, e proporcionar um espaço de visibilidade da luta do povo vazanteiro do norte de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos deterritorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 6.1.2011.

ANAYA, Felisa. *DE “ENCURRALADOS PELOS PARQUES” A “VAZANTEIROS EM MOVIMENTO”*: As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. Tese de doutorado, UFMG, 2012.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: Diegues, A. C. (org.) 2000. *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec/Nupaub.

BARTH, Frederick. Etnicidade e o conceito de cultura. *Revista Antropológica* 19. Niteroi: UFF, 2005, p. 15-30.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: editora brasiliense. 5ª ed. 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista de Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs). *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos*. Montes Claros, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer o trabalho de campo. *Sociedade e cultura*, 2007.

BOUDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O Poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. PP. 106-132.

COSTA, João Batista de Almeida. A (DES) Invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da Identidade, do Pertencimento e do Modo de Vida como Estratégia para efetivação de direito coletivo. In: GAWORA; SOUZA IDE; BARBOSA. *Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011.

COSTA, João Batista. *A invenção dos sujeitos de direitos e processos sociais: povos e comunidades tradicionais no Brasil e no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Initia Via, 2015.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: DAYRELL, C. A.; OLIVEIRA, Cláudia. L. *Cerrado e desenvolvimento: Tradição e atualidade*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p.191-274.

DECRETO Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

DE PAULA, Andréa Narciso Rocha; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CLEPS JUNIOR, João. Pesquisa de campo e em campo, os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais/Brasil. In: VII Congresso latino americano de sociologia rural-Associacion latinoamericiana de sociologia rural, Quito: Eguador, 2006, *anais*.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

DURHAM, Eunice R. A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas. In: *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FEITOSA, Antônio Maurílio A; BARBOSA, Rômulo Soares. A dinâmica de Luta pela Terra no Norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. et al. *Debaixo da Lona: Tendências e Desafios Regionais da Luta pela posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

FICHA FUNDIÁRIA DO PROJETO JAIBA. Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/paginas/3>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FRANÇA, Iara S. de; BARBOSA, Rômulo S.; SOARES, Beatriz Ribeiro. *O Sertão Norte-Mineiro e suas transformações recentes*. Montes Claros: Editora Iseib, 2006. v.2. n. 1.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. AS MINAS E OS GERAIS: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: DAYRELL, Carlos; LUZ, Cláudia (Orgs.) *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros, 2000.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Simpósio "Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia"*. XXIII Reunião brasileira de antropologia, Gramado-RS, 19 de junho de 2002.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Grupos étnicos e etnicidade. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Antropologia e Direito*. Brasília: Nova Letras, 2012.

POSWAR, Carolina. *Unidades de Conservação e Soberania Alimentar: uma análise da Comunidade Vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Unimontes, 2011.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. In: DAYRELL, Carlos; LUZ, Cláudia. (Orgs.) *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros, 2000.

SANTOS, Kleber. *Heterogeneidade nas estratégias de sustento: A experiência da Intervenção Planejada na Etapa 1 do Projeto Jaiba, Minas Gerais*. Tese de doutorado. UFRGS, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 15-30.